

A CRISE CAPITALISTA DE 2007/2008 E A MONTANHA RUSSA BRASILEIRA

Hajime Takeuchi Nozaki¹

Resumo:

O objetivo do trabalho é analisar os contornos da política econômica brasileira na época do governo de frente popular (2003 a 2016), tendo como base estrutural a crise internacional de 2007/2008. Para tal, está dividido em duas partes: na primeira analisa as características gerais da crise capitalista de 2007/2008; na segunda, discorre sobre o cenário político no qual se envolveu os governos de frente popular em dois períodos, anterior e posterior à chegada da crise no Brasil. A chamada crise do subprime norte-americano tratou-se de uma crise sem precedentes na história capitalista, a qual trouxe consequências para a política econômica brasileira, levando-a a uma espécie de montanha russa, ora com a expansão de crédito aos consumidores, ora com políticas ortodoxas com ataques às conquistas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: crise subprime, política econômica, frente popular.

Abstract:

The aim of this work is to analyze the contours of Brazilian economic policy at the time of the popular front government (2003 to 2016), based on the 2007/2008 international crisis. To this end, it is divided into two parts: in the first it analyzes the general characteristics of the capitalist crisis of 2007/2008; in the second, it discusses the political scenario in which the governments of the popular front were involved in two periods, before and after the arrival of the crisis in Brazil. The so-called Crisis of the American subprime was an unprecedented crisis in capitalist history, which brought consequences for Brazilian economic policy, leading it to a kind of roller coaster, sometimes with the expansion of credit to consumers, sometimes with orthodox policies with attacks on the achievements of the working class.

Keywords: subprime crisis, economic policy, popular front.

¹ Professor Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O Brasil atravessa, desde março de 2020, a uma grande crise sanitária mundialmente sentida a partir da pandemia ocasionada pelo COVID-19. Para além da crise sanitária, vivemos no país uma crise política, com trocas constantes de ministros, com tensão entre os poderes judiciário e executivo, e deste último com a OMS. Por outro lado, o contexto em que vive o país não se caracteriza somente por uma crise de ordem sanitária ou de ordem política. Trata-se, sobretudo, de uma crise econômica.

O século XXI apenas iniciou e, ainda no seu primeiro quarto, já mostrou o vigor da crise capitalista em escala mundial. A crise do *subprime* ou a assim conhecida bolha imobiliária norte-americana de 2007² fez reviver o debate sobre as crises capitalistas muito comum às crises dos anos 1930 e 1970 do século passado. O remédio adotado desde a crise dos anos de 1970 no campo da política econômica, genericamente conhecido como neoliberalismo, por sua vez, veio passando por características distintas, de acordo com o esgotamento de cada recuperação econômica e com o desgaste da política social, considerando-se a correlação de forças entre capital e trabalho.

O objetivo do trabalho é analisar os contornos da política econômica brasileira na época do governo de frente popular (2003 a 2016), tendo como base estrutural a crise internacional de 2007/2008. Para tal, está dividido em duas partes: na primeira analisa as características gerais da crise capitalista de 2007/2008; na segunda, discorre sobre a o cenário político no qual se envolveu os governos de frente popular em dois períodos, anterior e posterior à chegada da crise no Brasil.

A última grande crise capitalista

Para Bellofiore (2010), é necessário distinguir duas fases diferentes dessa política econômica, fundada na fragmentação do trabalho e na sua subsunção à financeirização da economia. Para o autor, a primeira fase do neoliberalismo, entre os anos de 1980 e 1995, tratou-se de uma revolução neoconservadora do monetarismo, com cortes no bem-estar e queda dos gastos do Estado. Já a segunda fase que se seguiu posteriormente caracterizou-se por uma tendência de pleno emprego, ainda que com base em crescente precarização

² A crise da bolha imobiliária norte-americana tem seu ápice normalmente referenciado no ano de 2008, contudo, é possível apontar o seu início já no ano de 2007, com a suspensão dos saques no banco *BNP Paribas* francês e a corrida bancária ao *Northern Rock*, na Inglaterra (ROQUE, 2017), juntamente com o reconhecimento oficial da crise pelo governo norte-americano (COGGIOLA, 2012).

do trabalho, seguida de uma política monetária voltada à expansão do consumo. Trata-se, por outro lado, de uma fase caracterizada por políticas compensatórias e de alívio à pobreza que, por outro lado, não abre mão de um robusto gasto com o orçamento militar (NOZAKI, 2009; NOZAKI; PENNA, 2007).

Ao observar a economia norte-americana, é possível resgatar o emblemático ataque às torres gêmeas do *World Trade Center*, em setembro de 2001. A queda dos índices financeiros equivalentes aos do *crash* da bolsa de valores norte-americana de 1929, que em primeira interpretação se referiam aos ataques sofridos, escondeu a própria crise da economia norte-americana que já acumulava doze meses de queda em sua produção industrial, com uma taxa de ociosidade industrial maior desde o ano de 1983, início da implantação do neoliberalismo naquele país (NOZAKI, 2002). Há, no plano do capital financeiro, um estouro da bolha das empresas de tecnologia (ROQUE, 2017). Nas palavras de Coggiola (2012, p. 39), “o atentado às Torres Gêmeas não provocou a crise mundial, mas a colocou em evidência”.

A recuperação econômica mundial, entre os anos de 2002 a 2007, foi conseguida com base em uma internacionalização sem precedentes do capital financeiro. Do ponto de vista norte-americano, houve um empenho governamental para uma redução da taxa básica de juros de 6,5 % a 1% entre 2001 a 2004 e, de 2000 a 2008, o crédito de imóveis aumentou 100%, passando de 3,5 a 7 trilhões de dólares neste período (ROQUE, 2017). Uma inovação importante foi a operação de empréstimos imobiliários a partir de hipotecas de alto risco, os chamados *subprime borrowers*, criados ainda no ano de 2001. Sobre essas bases, a economia mundial retomou seu crescimento, abrindo um novo ciclo de expansão da produção de capital e do comércio internacional (COGGIOLA, 2012). Contudo, nem o período de recuperação neoliberal, com a bolha do dot.com dos finais dos anos 1990 e o boom imobiliário impulsionado pelo crédito depois de 2002, foi capaz de recuperar a lucratividade até os níveis elevados de meados dos anos 1960 (ROBERTS, 2016).

A crise internacional de 2007 teve origem no sistema do mercado imobiliário dos EUA. O crescimento desse setor propiciou uma elevação de preços sem precedentes, com efeito autoexpansível. Os preços imobiliários aumentaram mais de 300% em 30 anos, tornando-se um sistema insustentável. Em meio ao crescimento, houve também o aumento dos juros pelo Banco Central Norte-Americano, o Fed, e os títulos tornaram-se

impossíveis de serem negociados, o que desencadeou um efeito dominó, com inadimplências que causaram danos sem precedentes no sistema bancário internacional (COGGIOLA, 2012). De 2005 a 2008, as inadimplências hipotecárias subiram de US\$ 20 bilhões para US\$ 170 bilhões, o que implica em aumento de 750% em 4 anos (ROQUE, 2017).

Segundo o jornal *The Economist*, a bolha imobiliária de 2000 a 2005 foi a maior de todos os tempos, superando a de 1929 (COGGIOLA, 2012). Assim, a crise inaugurada no ano de 2007 desencadeou uma depressão histórica no capitalismo mundial. Para Roberts (2016), define-se depressão como o momento em que a economia tem um crescimento muito abaixo de seu índice de produção e abaixo de sua média a longo prazo. Até hoje, houve três depressões na economia mundial, a primeira no final do século XIX (1873-97), a segunda em meados do século XX (1929-1939) e agora uma no começo do século XXI (2008-).

Explica Roberts (ibid.) que depressões não são sinônimo de quedas econômicas e recessões e que, antes dos anos 1930, todos decréscimos econômicos seriam chamados de depressões, sendo o termo recessão cunhado mais tarde. A economia convencional definiria tecnicamente como aquela caracterizada por dois trimestres consecutivos de contração do Produto Interno Bruto (PIB) real de uma economia. Já a depressão seria definida de duas maneiras. A primeira, de maneira bastante formal e rígida, quando uma economia experimenta uma queda do PIB superior a 10% ou uma queda de uma duração superior a três anos. Em segundo lugar, se argumentaria que a diferença entre uma recessão e uma depressão seria algo mais que uma questão de magnitude e duração; nesse caso, a natureza do decréscimo também importaria. Porém, para Roberts (ibid.), nenhuma dessas definições faria justiça à realidade de uma depressão. Defende que um ponto de referência mais específico seria quando uma economia sofre uma grande contração e todo indício de recuperação é tão leve que a tendência de crescimento anterior não chega a recuperar, ou, se recupera, necessita de vários anos, ou até uma década ou mais para isso. Em suma, acrescenta que, em uma depressão, a tendência de crescimento pré-crise não se recupera por 10, 15 ou até mesmo 20 anos. Compreende-se, dessa maneira, a extensão da gravidade da crise iniciada em 2007.

A crise do setor imobiliário norte-americano, naquele ano, teve repercussões internacionais que movimentaram vários recursos do capital financeiro para tentar

contorná-la. Entre o fim de 2008 e início de 2009, os institutos de crédito europeus compraram 357 bilhões de euros em títulos de Estado, chegando a possuir um total de 1.552 bilhões de euros, valor superior ao PIB da Itália em 2012 (SCHETTINO, 2014). Desde então, em meio a tentativas de gerências da crise, outras crises se espalharam ao redor do globo, entre elas a crise de bolhas especulativas na China, em 2015, e a crise da dívida grega, no mesmo ano, como expressões de economias apêndices da área do euro (D'ACUNTO; SCHETTINO, 2015). Todavia, para D'acunto e Schettino (2015), é importante lembrar que o problema da dívida não se limita à experiência da Grécia ou aos outros países do sul da Europa. Ao contrário, é muito mais abrangente e é da própria natureza da produção capitalista. O que Schettino (2016) chamou de injeção fatal se mostrou presente novamente no começo do ano de 2016, depois de oito anos, seguindo os mesmos problemas da crise de 2007/2008 que afetou mortalmente o capitalismo mundial.

Ao que tudo indica, a problemática entre expansões e crises capitalistas está longe de ter um ponto final. O ano de 2017 terminou com um balanço positivo na interpretação dos capitalistas. O *Wall Street Journal* publicou um artigo denominado “*O ano em que tudo subiu*” (EISEN, 2017), no qual destaca a elevação da economia norte-americana, a partir dos índices *Dow Jones* e *Nasdaq*, baseados em grande parte pelos ganhos das empresas de tecnologia. Ainda, argumenta que, para além da economia norte-americana, há importantes expressões de retomada econômica em todo mundo, baseadas, em alguns casos, em reformas sociais e trabalhistas, como no caso da Argentina.

Bellofiore (2010) denominou esta segunda fase como um keynesianismo paradoxal de privatização financeira. Para ele, em um mundo de mínimos salários, o efeito dos ganhos para a demanda de consumo e investimento ocorreu por meio do preço de ações, portanto, o crescimento foi privado e não público. Assim, o desenvolvimento econômico foi possível não por meio de um aumento real salarial, mas em razão de contração de dívidas das famílias norte-americanas. Já as despesas no plano social – saúde, habitação, educação – seguiram aumentando, o que obrigou as famílias a um endividamento pelo caminho do crédito. O sentimento de bem-estar tratou-se de um intervencionismo de Estado baseado na prática da financeirização da economia com perdas dos direitos sociais.

Nas palavras de Bellofiore (2010), o neoliberalismo mudou a pele com o tempo, caracterizando-se por uma tendência do pleno emprego – precário – com uma gestão econômica de apoio político da aplicação financeira, no qual o crescimento de demandas por bens – a economia real – depende das bolhas dos preços dos ativos – a economia financeira –, guiado pelo Banco Central norte-americano. Em uma frase, um keynesianismo impulsionado por bolhas, o que Nozaki (2009) denominou de nova face ou segunda fase de implementação do neoliberalismo.

Contornos políticos brasileiros no desdobramento da crise de 2007/2008

O Brasil passou inicialmente pela crise mundial iniciada em 2007 com uma certa tranquilidade, não obstante, assim que ela alcançou o país, o que era razão para a sustentação política à frente popular tornou-se motivo subjacente para a sua retirada do cenário político.

A eleição de Lula da Silva em 2002 foi a culminância, por um lado, de um fortalecimento da esquerda brasileira e, por outro, de um rebaixamento do programa político de frente popular, em defesa da burguesia nacional e com claras conotações de conciliação de classes.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, havia uma crise, a qual dividiu a burguesia brasileira em duas posições que convergiam para um “apoio” ao programa da frente popular: a primeira posição que acreditava em uma nova possibilidade de ganhos em um possível governo com aquelas características e uma outra posição que apostava na incapacidade da frente popular gerir a crise, o que a arrastaria para uma fragorosa derrota no futuro.

A eleição de Lula com o apoio, em certa medida, pela burguesia nacional e, por outra, da classe trabalhadora brasileira, sobretudo representada pelos sindicatos – com sua maior central sindical (CUT) – e os movimentos sociais, permitiu que o governo federal pudesse impor medidas de austeridade econômica dignas de menção honrosa pelos mais fervorosos economistas da escola austríaca. Henrique Meirelles foi posto no comando do Banco Central, juntamente com outros tantos quadros do setor financeiro privado, que começaram por impor um ajuste econômico em 2003 baseado na restrição financeira e na austeridade fiscal, com desestímulo ao consumo. Como resultado desta

política, obteve-se taxa SELIC³ de 26,5% ao ano; superávit primário de 5%, queda do consumo doméstico de 11%; desemprego em alta a 13%.

Como consequência do baixo consumo doméstico, houve o aumento de exportações. As medidas econômicas ortodoxas geraram confiança no mercado externo, o que possibilitou a expansão do crédito, a partir de 2004.

Com este cenário, iniciou-se o “período de ouro” do governo de frente popular, que foi de 2004 a 2008. Os salários com pouco poder de compra e o maior desemprego ocasionavam um menor endividamento, sobretudo da classe média. Assim, o governo federal foi aumentando o crédito para este setor. A renda do trabalhador cresceu em média 20% neste período. Com as políticas assistencialistas (fome zero, etc.) voltadas para as camadas populares, o governo Lula alcançou neste período um índice altíssimo de popularidade, igualando-o a figuras tais como a de Getúlio Vargas, presidente símbolo do populismo no país.

A crise de 2007/2008 teve poucas repercussões imediatas no Brasil. Se, por um lado, é possível dizer que não atingiu diretamente a economia nacional (Lula afirmou que a crise era uma marolinha), por outro, é necessário lembrar que o país tem ligações com o sistema de crédito internacional, portanto, que de alguma forma sofreu consequências da crise internacional. Sobretudo, no que se refere ao crédito nacional, os bancos privados, impactados com a crise internacional, reduziram suas linhas de crédito, enquanto os bancos estatais, orientados politicamente pelo governo brasileiro, mantinham e aumentavam os financiamentos, gerando uma espécie de desenvolvimentismo de tipo estatal.

A chegada de Dilma à presidência e crise econômica: saída superestrutural para o alcance do retorno à montanha russa econômica

³ A taxa SELIC é uma taxa básica de juros da economia brasileira e serve de referência para empréstimos entre os bancos e também nas aplicações feitas entre eles em títulos públicos federais. É um instrumento importante usado pelo Banco Central para controlar a inflação. Quando está em alta, favorece a queda da inflação, pois desestimula o consumo; em baixa, favorece o consumo pois estimula os empréstimos e os financiamentos. Com a variação da taxa SELIC, definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM) é que observamos o que estamos chamando de efeito “montanha russa” na economia brasileira, caracterizado pelos altos e baixos das taxas de juros e do consumo de mercadorias.

De 2010 a 2014, a mudança de presidência para Dilma Rousseff foi marcada por um cenário distinto à primeira eleição do governo de frente popular, em 2002. Se, por um lado, o modelo de crédito estatal começava a dar sinais de esgotamento, por outro lado, o governo de Dilma não adotou novamente as políticas de austeridade ortodoxa – montanha russa – mas, ao contrário, seguiu a política econômica intervencionista e de incentivo ao crédito. A consequência foi a quebra da confiança da burguesia brasileira, que inibiu seus investimentos no país e criou uma instabilidade política.

Em 2014, ano em que Dilma se reelegeu à presidência da república, o país já possuía um quadro de recessão que apontava sinais de uma crise a curto prazo. O PIB caíra a 0,6% no 2º trimestre daquele ano; os investimentos acumulavam uma queda de 11,2% (em queda de 1,7 a 5,8% nos quatro bimestres anteriores, dois últimos de 2013 e dois primeiros de 2014); queda de abertura de negócios de 13,1% no primeiro trimestre do ano; encolhimento de 3,4% da indústria no 2º trimestre, mesmo com a elevação de impostos de importação e apoio à produção de insumos nacionais. O quadro em que Dilma se reelegeu caracterizou-se pela falência de empresas, aumento da inadimplência, diminuição da produção e venda de veículos, a retração no varejo e na indústria com diminuição de receitas no setor de serviços; diminuição do setor de construção, sobretudo depois do final dos megaeventos esportivos (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo). Mesmo com este cenário, o governo federal apoiava-se na redução da taxa de desemprego, ainda que derivada da migração de indivíduos por inatividade.

Em 2016, com o agravamento da crise brasileira, a burguesia apressou-se em apoiar o impeachment de Dilma, buscando aliados, para tal, no interior do poder legislativo, do poder judiciário e do próprio poder executivo, na figura do seu vice-presidente, Michel Temer. Uma vez na presidência da república, Temer tratou de tentar implantar a toque de caixa o retorno e aprofundamento da política econômica ortodoxa – montanha russa – ainda que isto lhe tenha custado altos índices de impopularidade e seu definitivo descarte à concorrência para a sucessão presidencial, em 2018. Um personagem que merece menção é o de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central do primeiro governo Lula que foi alçado ao posto de Ministro da Fazenda e da Previdência Social no governo Temer. Concorreu à sucessão presidencial – a despeito do próprio desagrado de Temer – porém com um índice de votos (e de apoio da burguesia) muito pequeno.

Já uma figura que somente foi conhecida pelos brasileiros – a exceção dos cariocas – em sua fala na votação do impeachment de Dilma na câmara dos deputados, quando exaltou o único militar declarado torturador pela justiça brasileira (“Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!”), ganhou espaço no cenário político e se elegeu presidente da república. Jair Bolsonaro acumulava índices de rejeição grandes, porém, não superiores ao do seu adversário petista, Fernando Haddad. O segundo turno da eleição presidencial de 2018 foi uma batalha entre aqueles que não queriam um governo de orientação fascista e promessas ortodoxas no plano econômico e aqueles que não queriam o retorno da política populista e intervencionista da frente popular. A burguesia brasileira foi incapaz de protagonizar a vitória de um candidato de identidade própria, restando-lhe o apoio a um político que não conseguiu empolgar nem os presentes no Fórum Mundial de Davos, onde fez o discurso de abertura como uma de suas primeiras tarefas, em janeiro de 2019. Mais uma vez, a história parece se repetir... como farsa!

Conclusão

A crise internacional de 2007/2008 tratou-se de uma das expressões mais fortes do capitalismo contemporâneo, atingindo em maior ou menor grau as diversas economias do planeta. No caso brasileiro, a crise mediou a própria estabilidade política, mantendo o governo de frente popular até quando este último teve que enfrentar as consequências da sua política econômica face o alcance da crise.

Até o ano de 2021, o país não conseguiu se reerguer dos contornos ocasionados pela crise que o atingiu no final da década passada, ainda que o pós-2016 tenha sido marcado por políticas econômicas ortodoxas com francos ataques às conquistas da classe trabalhadora. No contexto da crise mundial sanitária ocasionadas pelo COVID-19, as crises econômicas e política brasileira agravaram ainda mais o contexto da crise sanitária no país, posto a clara definição do governo federal em favor dos interesses dos ganhos capitalistas em detrimento da preservação da vida da população em geral.

Referências Bibliográficas

BELLOFIORE, Riccardo. La crisi capitalista e le sue ricorrenze: una lettura a partire da Marx. *Fenomenologia e società*, v. XXIII, n. 4, p. 24-51, 2010. Disponível em:

<<http://www.data.unibg.it/dati/persone/46/3905-Marx%20e%20la%20crisi%20-%20Bellofiore.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

COGGIOLA, Osvaldo. *A crise (2007-2012): lineamentos para uma abordagem global*. Mimeo. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/8620677/A_Crise_Mundial_2007-2012>. Acesso em: 27 dez. 2017.

D'ACUNTO Salvatore; SCHETTINO, Francesco. Democracia burguesa e política econômica: o trágico caso grego. *Revista Política Pública*. São Luis, v. 19, n. 2, p. 381-391, jul./dez., 2015.

EISEN, Bem. The year everything went up: markets in 18 charts. *The wall street Journal*. Moneybeat blog. Nova Iorque, 29 de dezembro de 2017.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Avaliação do contexto da Educação Física brasileira: propostas oficiais e alternativas no campo contra-hegemônico. In: VI EnFEFE, 2002. *Anais...* Niterói. Escola, Educação Física Escolar e Avaliação, 2002. v. 1. p. 213-232.

_____. Neoliberalismo e seu revigoramento na crise. *Jornal do Povo*, Três Lagoas, 20 jun. 2009, p.2.

_____. PENNA, Adriana Machado. O novo papel do esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora. *Revista outubro*, São Paulo, v. 16, p. 201-218, 2007.

ROBERTS, Michael. Monocausality and crisis theory: a reply to David Harvey. In: SUBASAT, Turan. *The great financial meltdown: systemic, conjunctural or policy created?* Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishin, 2016. p. 55-72.

ROQUE, Leandro. *Como ocorreu a crise financeira americana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1696>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

SCHETTINO, Francesco. *La crisis irresoluta*. Las raíces de los dramáticos colapsos de las bolsas de valores. Mimeo. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/22679427/LA_CRISIS_IRRESOLUTA>. Acesso em: 27 dez. 2017.